

CAMACHO, R. G. Orações relativas restritivas e não restritivas: uma perspectiva discursivo-funcional. *ReVEL*, v. 20, n. 39, 2022. [www.revel.inf.br].

## ORAÇÕES RELATIVAS RESTRITIVAS E NÃO RESTRITIVAS: UMA PERSPECTIVA DISCURSIVO-FUNCIONAL<sup>1</sup>

*Restrictive and non-restrictive relative clauses: a functional discursive perspective*

**Roberto Gomes Camacho<sup>2</sup>**

roberto.camacho@unesp.br

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é descrever o funcionamento de orações relativas restritivas e não restritivas no português com base na aplicação dos fundamentos teóricos da Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld; Mackenzie 2008). A análise mostra que uma oração restritiva codifica categorias semânticas que modificam o Np de que fazem parte, restringindo sua referência, enquanto uma oração não restritiva codifica Atos Discursivos, entendidos como categorias pragmáticas. O que difere, portanto, uma oração restritiva de uma não restritiva, que imprime à primeira um caráter semântico, e à segunda, um caráter pragmático, é que, por um lado, a restritiva tem o mesmo contorno entonacional da oração principal de que é parte integrante; a não restritiva, por outro lado, tem o estatuto de Ato Subsidiário ou Aposição de outro Ato Discursivo nuclear, o que se reflete na prosódia por uma entonação própria e, como tal, codificada no Nível Fonológico. Em razão disso, o reflexo morfosintático mais evidente dessa distinção é o de que há entre a relativa não restritiva e a oração nuclear uma dependência de mão única, que corresponde a uma relação de Cossubordinação, diferentemente das orações relativas restritivas, que, constituindo uma parte integrante da oração nuclear, consistem em casos de Subordinação.

**PALAVRAS-CHAVE:** oração relativa restritiva; oração relativa não restritiva; Subordinação; Cossubordinação.

**ABSTRACT:** This paper aims at describing the functioning of restrictive and non-restrictive clauses in Portuguese based on the application of the theoretical framework of Discourse Functional Grammar (Hengeveld; Mackenzie 2008). The analysis shows that a restrictive clause encodes semantic categories that modify the Np which they are part of, restricting their reference, while a non-restrictive clause encodes Discourse Acts, understood as pragmatic categories. What differs, therefore, a restrictive clause from a non-restrictive one, which gives the first a semantic nature, and the second a pragmatic nature, is that the restrictive clause, on the one hand, takes the intonational contour of the main clause, which is an integral part of; the non-restrictive one, on the other hand, has the status of Subsidiary Act or Aside of another nuclear Discourse Act, which is reflected in the prosody by its own intonation and, as such, codified by the Phonological Level. Because of this, the most evident morphosyntactic reflection of this distinction is that between the non-restrictive relative clause and the nuclear clause there is a one-way dependence, which corresponds to a Co-subordination relationship, unlike the restrictive relative clauses, which, constituting an integral part of the nuclear clause, consist of cases of Subordination.

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado com o título “As orações relativas na perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional” na Sessão Temática sobre Funcionalismo e Teoria Gramatical no VI SILF – Simpósio Internacional de Linguística Funcional, realizado de forma remota de 23 a 25 de junho de 2022, na Universidade Estadual Paulista, campus de São José do Rio Preto.

<sup>2</sup> Livre-Docente; Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista – UNESP. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (proc. 301837/2019-8).

**KEYWORDS:** restrictive relative clause; non-restrictive relative clause; Subordination; Co-subordination.

## INTRODUÇÃO

Uma oração relativa está conectada ao material circundante por um constituinte “pivô” (De Vries 2002), que é semanticamente compartilhado tanto pela oração matriz quanto pela oração relativa. O pivô pode ser reconhecido como um antecedente, quando identificar um Sintagma Nominal (Np) que aparece dentro da oração matriz. Essa condição produz o tipo de estrutura predominante no português, a relativa de núcleo externo<sup>3</sup>, que se identifica por conter uma lacuna, que pode ser preenchida por um pronome relativo com a função de recuperar anaforicamente uma entidade referencial na oração antecedente.

As relativas que atuam como modificadores, restringem ou determinam o sentido do Np em que se acham morfosintaticamente encaixadas, seja construindo o referente mediante a introdução de uma entidade pela primeira vez no discurso, seja identificando o referente mediante o acréscimo de alguma informação sobre uma entidade já disponível (Dik 1997); por isso a NGB as identifica como “adjetivas”. A sentença (1) contém um exemplo dessa oração, chamada “restritiva” na literatura linguística.

- (1) aqueles que trabalhavam efectivamente a terra não melhoraram a sua... forma de estar na vida, a sua qualidade de vida (Portugal97: TrabalhoPosseTerra) <sup>4</sup>

Já as relativas que atuam como um Aposto acrescentam, de acordo com a tradição gramatical, apenas um comentário acessório do locutor sobre a entidade denotada pelo Np; por isso, a NGB as identifica como “adjetivas explicativas”<sup>5</sup>. A sentença (2) contém um exemplo dessa oração, chamada “não restritiva” na literatura linguística.

---

<sup>3</sup> De um ponto de vista tipológico, orações relativas podem ser classificadas como de núcleo externo e de núcleo interno. O principal critério de diferenciação é a posição do pivô em relação à relativa: as que têm o pivô na oração matriz são relativas de núcleo externo, enquanto as que têm o pivô no interior da própria oração encaixada são relativas de núcleo interno (De Vries 2002).

<sup>4</sup> As siglas no interior dos parênteses correspondem à identificação da ocorrência no corpus: variedade linguística, ano de coleta, tópico do inquérito.

<sup>5</sup> A literatura linguística inclui estudos que mostram a existência de papéis discursivos relevantes para as “explicativas”, como os de Loock (2007) e Erthal (2017). Erthal (2017) elenca tipos diferentes de relativas “explicativas”: continuativas, consecutivas, subjetivas, de relevância e informacionais. Tratar desse tema específico, todavia, desviaria este trabalho de seu objetivo fundamental.

- (2) conheci grandes treinadores, Roberto Kell, que foi o famoso treinador dos violinos do Sporting, (Portugal97:DesportoDinheiro)

Esse duplo fenômeno, a oração relativa restritiva e a não restritiva, foi selecionado como um caso exemplar de um objeto de estudos tipicamente morfossintático, mas com evidentes reflexos de motivações pragmática e semântica, o que é, em última análise, um modo de comprovar a própria aplicação de uma metodologia tipicamente funcionalista de análise à sintaxe<sup>6</sup>. O objetivo deste trabalho é, portanto, mostrar como se organiza o Componente Gramatical da Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld; Mackenzie 2008), e como se aplicam seus fundamentos teórico-metodológicos à análise desses dois tipos de relativas seja em termos de Formulação seja em termos de Codificação.

A análise que se pretende desenvolver tem natureza interpretativa com base em uma amostra constituída por ocorrências reais de uso, extraída do corpus Projeto Português Falado – Variedades Geográficas e Sociais, desenvolvido em 2009 pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL) em parceria com a Universidade de Provença Aix-Marselha (Bettencourt Gonçalves; Veloso 2000; Bacelar do Nascimento 2001). O corpus oral é constituído em geral por discursos em registro informal (conversas espontâneas), embora inclua também discursos em registro formal obtidos de entrevistas de rádio. As variedades selecionadas são a brasileira, a portuguesa e as africanas (São Tomé e Príncipe, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique) e a timorense<sup>7</sup>.

Para adiantar um pouco as coisas, postula-se que, no arcabouço teórico adotado, uma oração restritiva como a de (1) codifica categorias semânticas ou representacionais que modificam o Np (Noun phrase) de que fazem parte, restringindo sua referência. Uma oração não restritiva como a de (2) codifica, por seu lado, Atos Discursivos, que são entendidos como categorias pragmáticas ou interpessoais.

Mais especificamente, a principal contribuição deste texto é fornecer evidência, ao longo da exposição, de que as orações relativas não restritivas não são casos de Subordinação, como as restritivas, mas casos de Cossubordinação: apesar de

---

<sup>6</sup> Para uma descrição detalhada das relativas e de suas variantes, v. Camacho (2016).

<sup>7</sup> Os materiais estão disponíveis no site <[http://clul.pt/setores/linguistica\\_de\\_corpus/projecto\\_portuguesfalado.php](http://clul.pt/setores/linguistica_de_corpus/projecto_portuguesfalado.php)>

não serem morfossintaticamente independentes, elas não chegam a ser um constituinte da oração matriz, já que matriz e subordinada são o reflexo, na Codificação Morfossintática, de dois Atos Discursivos dotados de interpretação autossuficiente na Formulação pragmática ou interpessoal.

Este trabalho tem a seguinte organização: desenvolve-se na seção 1 uma breve exposição do arcabouço teórico; a seção 2 trata do processo de Formulação, em que se destacam primeiramente as motivações pragmáticas e, em seguida, as motivações semânticas; a seção 3 cuida do processo de Codificação, em que se destacam tanto a organização morfossintática quanto a fonológica, vistas como reflexos do processo de Formulação. Na seção de fechamento, apresentam-se algumas generalizações conceituais.

## **1. BREVE NOTÍCIA DO ARCABOUÇO TEÓRICO**

Antes de se examinar o tratamento gramatical do fenômeno em si, pretende-se fazer uma breve apresentação do modo como se organiza esse modelo funcionalista. A Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF) toma como unidade básica de análise Atos Discursivos em vez de sentenças, o que significa estar em seu escopo teórico a formulação de um ato de advertência, por exemplo, que pode ser expresso tanto mediante o uso de um Sintagma (3a), quanto mediante o uso de uma Oração (3b).

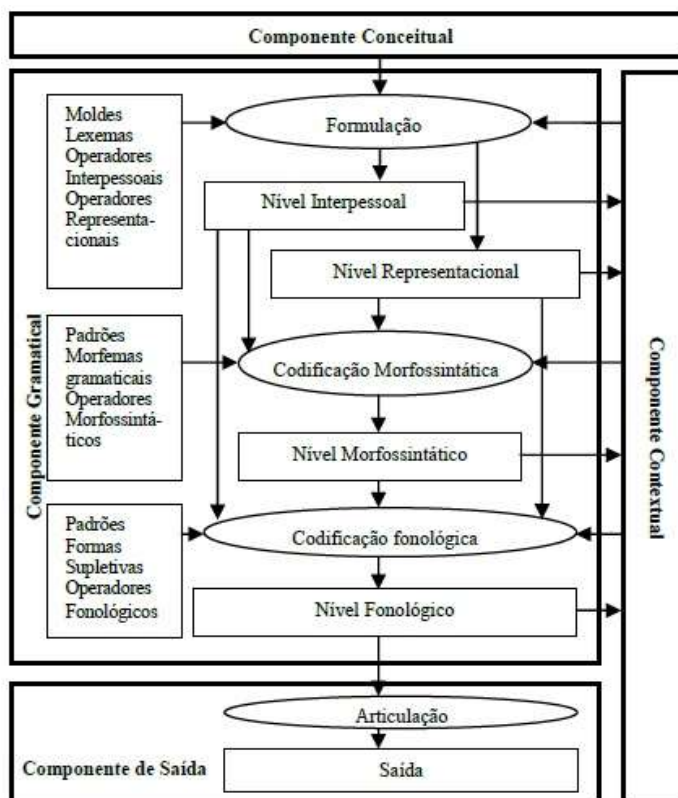
- (3) a Fogo!
- b Está pegando fogo no canavial!

Essa diversidade de Atos Discursivos no escopo teórico da GDF é decorrente do fato de ela ser concebida como “o Componente Gramatical de um modelo global de interação verbal em que esse componente se liga ao Componente Conceitual, ao Componente de Saída e ao Componente Contextual” (Hengeveld; Mackenzie 2012: 44), conforme mostra a arquitetura geral na Figura 1.

Esses três componentes não fazem parte da gramática propriamente dita, mas com ela interagem por meio das operações de Formulação e de Codificação; a primeira operação diz respeito a regras que regem as representações pragmáticas e

semânticas, e a segunda diz respeito a regras que convertem tais representações em codificações morfossintáticas e fonológicas.

Figura 1 – Layout geral da GDF



Fonte: Adaptado de Hengeveld; Mackenzie (2008:13)

O Componente Conceitual é considerado a força motriz do Componente Gramatical, por responder tanto pelo desenvolvimento da intenção comunicativa do falante quanto pelas conceitualizações referentes a fatores extralinguísticos relevantes. O Componente de Saída, baseando-se nas informações fornecidas pelo Componente Gramatical, gera as expressões, sejam elas acústicas, escritas ou de sinais. Por fim, o Componente Contextual “contém a descrição do conteúdo e da forma do discurso precedente, do contexto real perceptível em que ocorre o evento de fala e das relações sociais entre os participantes” (Hengeveld; Mackenzie 2012:45).

Como mostra a Figura 1, a GDF se inicia com a intenção do falante no Componente Conceitual e se desenvolve até a articulação no Componente de Saída, passando pela Formulação e pela Codificação no Componente Gramatical, em virtude da suposição de que quanto mais a organização de um modelo de gramática se

aproximar do processamento linguístico no indivíduo, mais eficaz ele será<sup>8</sup>. A respeito disso, entende-se que a GDF “leva a abordagem funcional da linguagem ao seu extremo lógico” (Hengeveld; Mackenzie 2012: 47), pois, se por um lado, a pragmática e a semântica são componentes constitutivos da gramática, por outro, dentro da orientação descendente com que ela se organiza, a Pragmática rege a Semântica; a Pragmática e a Semântica regem a Morfossintaxe; e, finalmente, a Pragmática, a Semântica e a Morfossintaxe regem a Fonologia<sup>9</sup>.

Dentro do Componente Gramatical, há quatro níveis de organização, que, por sua vez, têm uma constituição hierarquicamente ordenada em camadas. O primeiro deles é o Nível Interpessoal, responsável pelas ações linguísticas no processo de interação entre os participantes. Nele estão contidas as representações pragmáticas de Formulação. Sua camada mais alta é a do Movimento (M), que, se, por um lado, constitui a maior unidade de interação relevante para a análise linguística, por outro, pode conter um ou mais Atos Discursivos (A), que constituem a unidade básica do discurso; o Movimento de convite, ilustrado em (4), é constituído por dois Atos Discursivos, um declarativo e um interrogativo.

(4) Estou assando um lombo. Quer almoçar comigo?

Cada ato contém, por sua vez, os dois participantes da interação, Falante (S) e Ouvinte (A) e o Conteúdo Comunicado (C), que é a totalidade do que o falante deseja evocar em cada Ato Discursivo na interação com o ouvinte. Cada Conteúdo Comunicado, por sua vez, contém um ou mais Subatos como camadas hierarquicamente a ele subordinadas. Os Subatos podem ser de Atribuição (T), evocando uma propriedade, ou de Referência (R), evocando um referente.

O segundo nível é o Representacional, que trata dos aspectos semânticos de uma unidade linguística, sendo, por isso, responsável pela designação. Suas camadas se definem com base nas categorias semânticas que elas identificam. A mais alta é a do Conteúdo Proposicional (p), uma entidade de terceira ordem, ou construto

---

<sup>8</sup> Essa hierarquia *top-down* diz respeito ao processo de produção dos enunciados, já que o processo de compreensão demandaria necessariamente uma inversão na ordem de atuação dos componentes e dos níveis envolvidos.

<sup>9</sup> Esse modo de organização não significa que os dois níveis de Codificação sejam sempre determinados pelos dois níveis de Formulação. Uma estrutura formal típica do inglês, como a estrutura apresentativa [there+be+Np], não tem nenhuma motivação propriamente pragmática ou semântica; do mesmo modo, são independentes dos níveis mais altos processos não distintivos na fonologia, como a eliminação da haplologia em [ˈlidziˈlejtʃi] para *litro de leite*, em certas variedades do português brasileiro.

mental, que pode ser avaliada em termos de sua verdade. O Conteúdo Proposicional contém um ou mais Episódios (ep), que, por seu turno, contém um ou mais Estados de Coisas (e), ou seja, entidades de segunda ordem, que podem ser localizadas no tempo e avaliadas em termos de sua realidade. A camada do Estado de Coisas pode ser organizada em uma Propriedade Configuracional (f), uma camada não hierárquica constituída pelo predicado e seus argumentos. As entidades em função argumental podem ser representadas por um Indivíduo (x), uma entidade de primeira ordem localizada no espaço, ou por outros tipos de entidades, como Lugar (l), Tempo (t), Modo (m), Quantidade (q) e Razão (r).

O terceiro nível, o Morfossintático, dá conta dos aspectos estruturais de uma unidade linguística. Apesar de ser, muitas vezes, funcionalmente motivado, esse nível tem seus próprios princípios de organização. Além disso, ele recebe o *input* dos níveis de Formulação e é responsável pela Codificação morfossintática das representações interpessoais e representacionais. Sua camada mais alta é a Expressão linguística (Le), constituída por, pelo menos, uma unidade morfossintática, que, por sua vez, pode ser formada por Orações (Cl), como em (5a), Sintagmas (Np), como em (5b), e Palavras (Nw), como em (5c).

- (5) a Maria testou positivo.  
b Um terraplanista de carteirinha!!  
c Café?

O quarto e último nível é o Fonológico, que trata de todos os aspectos da codificação não abrangidos pelo Nível Morfossintático. É ele que recebe o *input* dos três outros níveis e fornece o *input* para o Componente de Saída, a articulação propriamente dita em formato acústico, escrito ou de sinais. É constituído pelas seguintes camadas: o Enunciado (U), o maior segmento de discurso abrangido pelo Nível Fonológico, a Frase Entonacional (IP), a Frase Fonológica (PP), a Palavra Fonológica (PW), a Sílabas (S) e o Pé (F).

Embora os dois níveis de Formulação contenham diferentes tipos de unidades, é possível observar a existência de relações “default” entre elas (Keizer 2021). Com efeito, no caso default, Conteúdos Comunicados (C) no Nível Interpessoal tendem a corresponder a Conteúdos Proposicionais (p) no Nível Representacional; Subatos de

Atribuição (T), por sua vez, tendem a corresponder a Propriedades Lexicais (fi), assim como Subatos de Referência (R) a Indivíduos (x).

Existem relações default similares entre os dois níveis de Formulação e os dois níveis de Codificação, de modo que Atos Discursivos (A) no Nível Interpessoal são tipicamente expressos como Orações (Cl) no Nível Morfossintático e como Frases Entonacionais (IP) no Nível Fonológico. Similarmente, Subatos de Referência (R) tendem a corresponder a Sintagmas Nominais (Np) no Nível Morfossintático e a Sintagmas Fonológicos (PP) no Nível Fonológico, enquanto Subatos de Atribuição (T) tendem a ser expressos como Palavras Verbais (Vw) ou como Palavras Adjetivais (Aw) no Nível Morfossintático e a Palavras Fonológicas (pw) no Nível Fonológico (Keizer 2021).

Para dar um exemplo simples do funcionamento dos níveis de análise, considere-se a especificação de um ato de ilocução diretivo em (6), que começa no Nível Interpessoal como um Ato Discursivo enunciado pelo Falante com a finalidade de promover alguma mudança no comportamento do Ouvinte.

(6) Escreva o relatório já!

A seleção da Ilocução diretiva provoca consequências potencialmente relevantes em todos os níveis subsequentes de representação.

Com efeito, no outro nível de Formulação, o Representacional, a descrição semântica do núcleo da Propriedade Configuracional deve envolver um predicado verbal controlado de ação e o primeiro argumento tem que, necessariamente, incluir o destinatário, já que não teria sentido dar uma ordem que não envolvesse o interlocutor na execução de uma ação que não fosse controlável.

O processo de Codificação, que começa no Nível Morfossintático, investe o núcleo do Sintagma Verbal com um verbo no modo imperativo, próprio da gramática do português para codificar atos diretivos. A Frase Entonacional, marcada com uma tessitura sem subidas e descidas bruscas, fornece um traço redundante de Codificação, já que o operador típico de imperativo no Nível Morfossintático já é plenamente suficiente para dar ao enunciado uma codificação típica de um ato diretivo (Garcia Velasco; Hengeveld; Mackenzie 2012: 496).

Cada camada de cada nível é distinguida por sua própria variável e rotulada com base em suas propriedades formais e funcionais específicas para os níveis de



Formulação e de Codificação, respectivamente. Em termos gerais, pode-se representar a forma máxima de cada camada/variável em (7), em que  $v$  é o símbolo geral para “qualquer variável” (Hengeveld; Mackenzie 2008: 14; Keizer 2015: 32):

$$(7) \quad (\pi v_1 : [\text{head}] (v_1)]: [\sigma (v_1)_{\varphi}])_{\varphi}$$

(Hengeveld; Mackenzie 2008: 14)

Nessa formalização,  $v_1$  representa a variável da camada relevante, restringida por um núcleo possivelmente complexo, que toma a variável como seu argumento; pode ser ainda restringida por um Modificador ( $\sigma$ ), que, por sua vez, toma a variável como argumento. A camada pode ser especificada por um Operador ( $\pi$ ) e veicular uma Função ( $\varphi$ ). Núcleos e Modificadores representam estratégias lexicais, enquanto Operadores e Funções representam estratégias gramaticais. A diferença entre as estratégias gramaticais é a de que Funções são relacionais, por se estabelecerem entre a unidade toda e outras unidades da mesma camada, enquanto Operadores são não relacionais, por se aplicarem somente a uma unidade em si mesma (Hengeveld; Mackenzie 2008).

Apresenta-se uma instanciação simples do esquema em (7) sob a perspectiva do Nível Representacional em (8b), que fornece uma representação semântica para o sintagma *Aquele cachorro bravo* da sentença em (8a).

- (8) a *Aquele cachorro bravo* perseguiu nosso gato.  
 b  $(\text{dis } x_1: \text{cachorro: bravo})_A$  (Adaptado de Keizer 2015: 32)

Em (8b), “ $x_1$ ” consiste numa variável ( $v_1$ ) na camada do indivíduo; “dis” é um Operador ( $\pi$ ) indicando distância (*aquele*); “cachorro” é o núcleo (head) nominal da camada; “bravo” é um Modificador ( $\sigma$ ) do núcleo e, finalmente, “A” representa a Função ( $\varphi$ ) semântica *Actor* do Np como um todo no contexto da predicação.

Giomi (2020) adverte que a expressão “modificação de sintagma nominal” deve ser usada com cautela na GDF. Não é, de fato, um substantivo ou um sintagma nominal que é modificado por um adjetivo ou sintagma adjetival: em vez disso, uma variável com um núcleo nominal do Nível Interpessoal ou do Nível Representacional pode ser modificada por meios lexicais no nível relevante de análise funcional, caso em que o Modificador em questão surgirá no Nível Morfossintático como um morfema, palavra, sintagma ou oração do tipo apropriado, dependendo da unidade

de formulação subjacente e das características tipológicas da língua. No caso do português, a modificação se manifesta mediante o uso de Palavras (*navio escola/navio escolar*), Sintagmas Adposicionais (*navio de carga*) e Orações (*navio que carrega soja*), que é o tipo de modificação que interessa aqui.

Voltando o foco para o modo como a GDF encara as relativas, Hengeveld e Mackenzie (2008) postulam que as orações restritivas se originam no Nível Representacional, como restritores secundários dentro de descrições de entidades nucleadas por um nome. Já as orações não restritivas envolvem uma relação de dependência entre dois Atos Discursivos, entidades do Nível Interpessoal.

A anexação de orações relativas não restritivas a seu antecedente se dá no Nível Morfossintático, que contém necessariamente um padrão formal para as orações restritivas. Nesse caso, embora imitem parcialmente a codificação das restritivas, em relação à origem na gramática, as não restritivas são radicalmente diferente das restritivas (Hannay; Vester 1987 apud Hengeveld; Mackenzie 2008: 57). É o que vamos mostrar a seguir.

Para respeitar a direção descendente, que caracteriza a arquitetura da GDF, pretende-se imprimir à discussão uma organização expositiva similar: a próxima seção trata primeiramente do processo de Formulação, em que se destacam as motivações pragmáticas e, em seguida, dos processos de Formulação, em que se destacam as motivações semânticas. Na sequência, trata-se do processo de Codificação, em que se destacam tanto a organização morfossintática quanto a fonológica.

## **2. PROCESSO DE FORMULAÇÃO: MOTIVAÇÕES PRAGMÁTICAS E SEMÂNTICAS**

Começando então pelas motivações pragmáticas, próprias do Nível Interpessoal, considere-se como exemplo a oração relativa não restritiva em (9).

- (9) a própria metrópole, que nos colonizou, tinha um índice de analfabetismo ainda substancialmente alto no século vinte em relação a outros países europeus. (Angola97:O Ensino em Angola)

Orações relativas não restritivas devem ser analisadas como Atos Discursivos em si mesmos, o que se evidencia, em primeiro lugar, pelo fato de poderem aceitar modificadores adverbiais, como o Sintagma Adposicional *por assim dizer*, com

escopo sobre uma Ilocução própria, no caso, uma Declarativa, como mostra (10), em que o falante relativiza o próprio conteúdo do ato declarativo que enuncia, mais especificamente o processo de colonização representado pelo predicado verbal.

- (10) a própria metrópole, que, por assim dizer, nos colonizou, tinha um índice de analfabetismo ainda substancialmente alto no século vinte em relação a outros países europeus. (Angola97:O Ensino em Angola)

Em segundo lugar, é possível demonstrar o estatuto de Ato Discursivo da oração relativa não restritiva. Se, por um lado, a não restritiva tem uma relação de dependência pragmática da oração em que se encaixa, como mostra (11), por outro, as duas orações envolvidas representam Atos Discursivos com Ilocução própria; ou seja, enquanto a relativa não restritiva pode manifestar uma Ilocução Declarativa, a oração nuclear pode manifestar uma Ilocução Interrogativa:

- (11) a própria metrópole, que nos colonizou, tinha um índice de analfabetismo ainda substancialmente alto no século vinte em relação a outros países europeus? (Angola97:O Ensino em Angola)

O mesmo critério não se aplica à relação entre a oração restritiva e a matriz, já que a relação de encaixamento<sup>10</sup> pressupõe necessariamente um única Ilocução.

Hengeveld e Mackenzie (2008) postulam que é função característica de uma oração relativa não restritiva fornecer informação de fundo em relação à entidade introduzida na oração principal, o que é capturado pela função retórica *Aside*, aqui traduzida por “Aposição”, que identifica especificamente o Ato Discursivo codificado como oração não restritiva<sup>11</sup>. Funções retóricas são próprias do Nível Interpessoal, aplicando-se, portanto, às orações não restritivas, já que as restritivas exercem a função semântica de modificadores do constituinte nuclear introduzido na oração matriz.

---

<sup>10</sup> O encaixamento não pode ser levado em conta na combinação de orações do um ponto de vista da RST (Rhetorical Structure Theory), uma vez que a oração encaixada perde sua identidade funcional, que é tipicamente retórica, por ter um grau muito elevado de integração formal com a oração matriz (Mathiessen e Thompson 1988).

<sup>11</sup> Mathiessen e Thompson (1988) postulam que, como a combinação de orações, restrita à parataxe e à hipotaxe, é uma gramaticalização da organização retórica do discurso, as relativas não restritivas são casos de hipotaxe, exercendo a função subsidiária de Elaboração em relação à oração nuclear, aspecto teórico retomado parcialmente pela GDF.

Um requisito adicional das orações não restritivas é o de que, no Nível Interpessoal, cada um dos Conteúdos Comunicados de (A<sub>1</sub>) e (A<sub>2</sub>), não inseridos na representação por força de simplificação, deve conter dois Subatos Referenciais (R<sub>1</sub>) e (R<sub>2</sub>) invocando a mesma descrição de entidade, no caso, *metrópole*, no nível representacional conforme a representação em (12).

- (12) [(A<sub>1</sub>: [... (R<sub>1</sub>) ... ] (A<sub>1</sub>)) (A<sub>2</sub>: [ ... (R<sub>2</sub>) ... ] (A<sub>2</sub>))<sub>Aside</sub>  
(Hengeveld; Mackenzie 2008: 58)

Essa condição de que R<sub>1</sub> e R<sub>2</sub> se refiram à mesma entidade no Nível Representacional conduz a uma combinação particular de dependência e de correferência que ativa, no Nível Morfossintático, o mesmo padrão formal das orações restritivas, como já mencionado anteriormente.

Em caso de ocorrerem múltiplos Atos Discursivos dentro de um movimento, a ordem linear deles reflete a sucessão temporal na enunciação. Múltiplos Atos Discursivos permitem possíveis sobreposições no Nível Morfossintático. Desse modo, a enunciação de um Ato Discursivo, uma vez iniciada, pode ser interrompida por outro Ato Discursivo, cuja enunciação é completada mais tarde, como no caso de certas orações relativas não restritivas, como a de (13a), que são inseridas no centro de outra oração, conforme sinalizado em (13b).

- (13) a a irmã Danuta, que é uma ma[...], uma, uma madre, que está também ligada dentro deste projecto, fez o, os primeiros socorros e, prontos, eh, passou aí a noite, no dia seguinte... (Angola97:Meninos da Rua)
- b [a irmã Danuta, (**início de A<sub>I</sub>**)] [que é uma ma[...], uma, uma madre, que está também ligada dentro deste projecto, (**A<sub>J</sub>**)] [fez o, os primeiros socorros (**fim de A<sub>I</sub>**)].

Passemos agora a ver como o Nível Representacional, que também é responsável pela operação de Formulação, está envolvido com a diferenciação entre os tipos de orações relativas. A noção de antecedente permite, já de saída, distinguir dois tipos básicos de oração relativa restritiva, as com antecedente, ilustradas em (14a), e as sem antecedente, também chamadas livres ou não nucleares, exemplificadas em (14b), e que não serão tratadas neste espaço.

- (14) a aqueles (homens) **que trabalhavam efectivamente a terra** não

melhoraram a sua... forma de estar na vida, a sua qualidade de vida  
(Portugal97: Trabalho Posse Terra)

b **quem não, não estudou** não aprendeu. (CaboVerde95:As Mornas)

As relativas com antecedente são constituídas por um nome nuclear e pela oração relativa em si, que pode, por sua vez, ser identificada como restritiva, já que estabelece uma relação semântica de Modificador com a entidade referencial que ela recupera mediante o uso de um pronome relativo. É esse traço semântico que a define como oração adjetiva na NGB.

A principal propriedade semântica da relativa restritiva é a de especificar uma entidade referencial mais restrita de um conjunto maior, entendido por Keenan e Comrie (1977) como domínio da relativização, ou seja, a entidade referencial antecedente, identificado por De Vries (2002) como constituinte pivô.

O modo como se dá essa restrição é através de uma relação de modificação aplicada a um núcleo nominal. De modo geral, a GDF caracteriza tanto núcleos quanto modificadores como restritores, o que significa que, após uma restrição aplicada pelo próprio núcleo da entidade referencial, aplica-se uma segunda restrição mediante o uso de um modificador; ambos, núcleo e modificador, especificam a denotação da variável a que se aplicam em relação ao conjunto de seus referentes potenciais (Dik 1997).

Nessa concepção dinâmica de significado, postulada por Dik (1997), núcleos e modificadores são identificados como o primeiro e o segundo restritor, ou o restritor primário e restritor secundário, respectivamente, em termos da ordem de relevância referencial em que cada um deles se aplica à variável. A representação contida em (15) mostra que, uma expressão referencial, como *old elephant* (elefante velho), tem seus dois restritores empilhados um sobre o outro e não em conjunção intersectiva, conforme se lê em Dik: “restrictors are successively ‘stacked’ onto each other through the relation ‘:’, rather than being conjoined with each other” (Dik 1997: 133)<sup>12</sup>.

(15)  $(x_i: (f_i: elephant (f_i)) (x_i): (f_j: old (f_j)) (x_i))_{\phi}$  (Dik 1997: 122-3)

<sup>12</sup> Segundo Giomi, “It is precisely in the recognition of this dynamic mechanism that the F(D)G approach to the semantics of referential expressions differs from the one usually invoked in logic and truth-conditional semantics ‘where expressions of this type are analysed in terms of conjunctions of predicates’, so that the referent of the overall expression is understood as an intersection of the sets denoted by the two attributes *elephant* and *old*” (Giomi 2020:10), conforme se vê na seguinte representação fornecida por Dik:  $old\ elephant (x_i) = old (x_i) \& elephant (x_i)$  (Dik 1997: 122-3).

Feito esse parêntese necessário, pode-se afirmar, portanto, que a relativa de (14a) dispõe dos seguintes traços: (i) como domínio de relativização, um dado conjunto de entidades identificado como *homens*, recuperado pelo falante como zero anafórico<sup>13</sup> na oração matriz a partir do Componente Contextual, por já ter sido dado no contexto discursivo; (ii) como primeiro restritor ou restritor primário, a entidade referencial *aqueles* (na realidade, *aqueles homens*) atuando como núcleo de uma descrição definida precedida por um operador de distância (*aqueles*); e (iii), como segundo restritor, ou restritor secundário, um Modificador representado pela oração relativa como um todo, cuja função mais característica é a de restringir o núcleo da descrição definida envolvida no enunciado.

Desse modo, o falante quer se referir ao subconjunto das populações de determinadas áreas, não ao conjunto dos homens possíveis, e o domínio da relativa, denotado pela entidade nuclear *aqueles* (entendida como *aqueles homens*), como restritor primário, é estreitado, por assim dizer, pelo restritor secundário, condição satisfeita pela oração relativa. É nesses termos que a relativa restritiva tem sido entendida na literatura linguística como um modificador do núcleo nominal.

Portanto, as orações não restritivas se manifestam, no Nível Interpessoal, uma Ilocução própria, passível de se distinguir, inclusive, da Ilocução do Ato representado pela oração matriz; já as orações relativas restritivas, como a de (14a), são constituídas, no Nível Interpessoal, por um único Ato Discursivo ( $A_1$ ) com dois Subatos Referenciais ( $R_1$  e  $R_2$ ), conforme a representação em (16).

(16) ( $A_1$ : [... ( $R_1$ ) ... ( $R_2$ ) ] ( $A_1$ ))

Em resumo, enquanto as orações restritivas se originam no Nível Representacional como restritores secundários dentro de descrições de entidades nucleadas por um nome, as orações não restritivas envolvem uma relação de dependência entre dois Atos Discursivos, que constituem categorias ou camadas do Nível Interpessoal. Essa relação de dependência pragmática se identifica como um Ato Discursivo subsidiário em relação a um Ato Discursivo nuclear.

---

<sup>13</sup> Essa formulação representacional se identifica, na GDF, como um caso de núcleo vazio (Hengeveld: Mackenzie 2008: 143), uma categoria semântica que estabelece uma relação anafórica com uma propriedade já designada antes, que, neste caso específico, é a propriedade *homem*.

A denominação “explicativa”, que aparece nas gramáticas de natureza normativa para denominar as orações não restritivas, não é justificável por duas razões: em primeiro lugar, não faz jus ao caráter pragmático desse tipo de oração em oposição à origem semântica das orações restritivas; em segundo lugar, designa com um nome genérico dois tipos pragmáticos absolutamente diferentes de orações, a relativa e a chamada “oração coordenada explicativa”. Com efeito, uma oração relativa atribui um caráter apositivo ao Np antecedente, enquanto uma oração coordenada explicativa consiste, na perspectiva discursivo-funcional, num Ato Discursivo subsidiário de Motivação que fornece uma justificativa para a ilocução do ato nuclear precedente. Isso significa que a concepção da GDF de uma gramática organizada em níveis e camadas dá uma contribuição teórica mais relevante e uma explicação mais plausível para a diferença entre os dois tipos de orações relativas.

O modo como as orações não restritivas se conectam a seu antecedente se dá, conforme ocorre com as orações restritivas, no Nível Morfossintático, que contém, necessariamente, um padrão formal para orações restritivas. É por isso que, para Hengeveld e Mackenzie (2008), as orações relativas não restritivas imitam parcialmente a estrutura formal das restritivas, embora aquelas tenham, como demonstrado, uma origem radicalmente diferente destas na gramática.

### 3. O PROCESSO DE CODIFICAÇÃO: ASPECTOS MORFOSSINTÁTICOS E FONOLÓGICOS

Na interpretação discursivo-funcional aqui adotada, viu-se que a Codificação morfossintática de construções não restritivas dispõe das mesmas categorias estruturais de codificação aplicadas a uma oração restritiva. Considerem-se, nos exemplos de (17b-c), as interpretações possíveis de relativa não restritiva e de restritiva, respectivamente, atribuídas à mesma oração *que me abordam na rua*.

- (17) a Os meninos hoje me abordam na rua e dizem que precisa hoje no liceu de, de, no liceu e algumas escolas, de algum pulso assim de ferro.
- b os meninos hoje, **que me abordam na rua**, dizem que precisa hoje no liceu de, de, no liceu e algumas escolas, de algum pulso assim de ferro.
- c os meninos hoje **que me abordam na rua** dizem que precisa hoje no liceu de, de, no liceu e algumas escolas, de algum pulso assim de ferro (SãoToméePríncipe-Pr96:SerProfessor)

Um dos princípios funcionais que permitem um alinhamento entre os níveis de Formulação e os de Codificação, conforme afirmam Hengeveld e Mackenzie (2008), é o Princípio de Integridade de Domínio. Os autores a ele se referem como uma preferência tipológica das unidades que pertencem conjuntamente ao Nível Interpessoal ou ao Nível Representacional por aparecerem também justapostas no Nível Morfossintático (Hengeveld; Mackenzie 2008: 285-6).

A justaposição das orações em (17a), um caso morfossintático de Coordenação, está plenamente de acordo com esse princípio, que é, todavia, revogado, por assim dizer, quando a estratégia discursiva do falante dá preferência para a construção de uma relativa não restritiva, como a de (17b), em razão de ela dar um grau maior de proeminência à informação sobre a opinião dos meninos do que sobre a abordagem do enunciador na rua. Como a informação que deve ser fonologicamente codificada é a de um Movimento consistindo em dois Atos Discursivos, o ato que trata da abordagem é subsidiário ao nuclear, que representa a opinião dos meninos; apesar de subsidiário, esse ato interrompe o nuclear na linearização morfossintática.

A Codificação Fonológica interpretará essa interrupção como uma instrução ao falante para dar um contorno entonacional próprio a cada segmento do movimento de (17b), possibilitando a produção de três Frases Entonacionais, dois com um contorno não final e um com um contorno final.

Fica para a Codificação Morfossintática a tarefa de integrar os dois Atos Discursivos formalmente, o que se realiza mediante a aplicação de um padrão geral para todas as orações relativas, independentemente da natureza restritiva ou não restritiva delas. A diferença, no entanto, é fonológica: a oração restritiva [*que me abordam na rua*] em (17c) tem o mesmo contorno entonacional do material circundante, no caso a oração matriz [*Os meninos dizem hoje que precisa no liceu...*], enquanto as não restritivas contêm, em geral, uma pausa entonacional explícita, que, em (17b), é marcada graficamente pela vírgula.

Há casos em que, além de uma pausa entonacional clara, na fronteira entre o Np da oração matriz e toda a oração relativa na função retórica de Aposição (Aside), podem aparecer ainda Atos Interativos, que agregam um traço adicional à natureza interpessoal da não restritiva, como o uso de *não é* em (18).

(18) não é, vê-se isso no mundo industrial, **não é**, em que se criam diferenças entre



*as pessoas que trabalham e... se procura que hajam interesses pessoais para que, eh, cada um tenha qualquer coisa a defender e não haja espírito de que há... uma coisa colectiva a defender, não é, isso vem do poder e vem (Portugal95:GrandesCidades)*

Outro aspecto relevante sobre as não restritivas é o de que, em vez de uma pausa, pode-se identificar também, na Codificação Fonológica, uma variação de tessitura. Assim, a pausa, que marca o limite, não precisa ser necessariamente silêncio, mas uma alteração prosodicamente perceptível de mudança de frequência (Nespor; Vogel 1986).

Em outros termos, se a Codificação Morfossintática atribui a mesma estrutura formal aos dois tipos de orações relativas, é a Codificação Fonológica que assume a tarefa de assegurar que o estatuto funcionalmente subsidiário do Ato Discursivo da não restritiva de (17b) esteja refletido na prosódia (Hengeveld; Mackenzie 2008:284-5).

Interpretando pragmaticamente a construção restritiva de (17c), é possível considerá-la como um Movimento constituído por um único Ato Discursivo, não dois, como ocorre com (17b). A diferença entre as duas não está na morfossintaxe, mas na natureza da seleção pragmática que o falante faz ao formular o enunciado no processo de interação em face do tipo de argumentação dirigida ao ouvinte.

## CONCLUSÃO

Retomando a análise das seções anteriores, o que difere funcionalmente os dois tipos de orações relativas na GDF, é que a restritiva tem, no Componente Gramatical, origem no Nível Representacional, e a não restritiva, origem no Nível Interpessoal. A correlação formal dessa diferença funcional é a de que a restritiva assume o mesmo contorno entonacional que o da oração matriz de que é parte integrante na qualidade de Modificador; já a não restritiva tem o estatuto de ato subsidiário ou Aposição (*Aside*), que se reflete na prosódia por uma entonação própria e, como tal codificada pelo Nível Fonológico.

É essa função retórica Aposição que confere à oração não restritiva seu caráter de dependência em relação à oração que codifica o outro Ato Discursivo. Por ser o Ato Discursivo representado pela oração não restritiva uma função subsidiária do outro Ato Discursivo, que é o nuclear, o reflexo morfossintático mais evidente disso é o de

que há entre elas uma dependência de mão única, que corresponde a uma configuração de Cossubordinação na camada da Expressão Linguística (Le). Apesar de a oração não restritiva não ser formalmente independente, não chega a ser também um constituinte da primeira oração, que tem, em si mesma, uma interpretação autossuficiente.

Já a oração relativa restritiva se caracteriza por dispor de um processo formal diferente, que é o de Subordinação, caso em que uma oração é constituinte de outra, seja como argumento, seja como modificador adverbial ou adjetival (Cristofaro 2003; Hengeveld; Mackenzie 2008). Por essa razão, outros modelos de gramática a consideram como uma forma de encaixamento.

Para finalizar, espera-se que a teoria gramatical adotada, a GDF, tenha fornecido, seja em termos da interação entre os componentes, seja em termos do modo de organização em níveis e camadas do Componente Gramatical, uma explicação convincente de uma sintaxe funcional aplicada às relativas restritivas e não restritivas. O rótulo “funcional” aplicado a “sintaxe” no sintagma justamente enunciado se justifica plenamente no fato de que se trata de uma análise especialmente voltada para o alinhamento entre a Codificação Morfosintática e Fonológica e as motivações de natureza pragmática e semântica providas dos níveis de Formulação, o Nível Interpessoal e o Nível Representacional, respectivamente.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a dois pareceristas anônimos pelas valiosas críticas e sugestões, dirigidas a uma versão anterior deste trabalho, e que muito contribuíram para o aperfeiçoamento do texto final. Outros problemas que porventura restarem são de minha inteira responsabilidade.

## **REFERÊNCIAS**

BACELAR DO NASCIMENTO, Fernanda. (coord.) *Português Falado, Documentos Autênticos*, Gravações áudio com transcrições alinhadas, em CD-ROM, Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa e Instituto Camões, 2001

BETTENCOURT GONÇALVES, José; VELOSO, Rita. Spoken Portuguese: Geographic and Social Varieties, in *Proceedings of the Second International Conference on Language*

*Resources and Evaluation, Volume II*, National technical University of Athens Press, Athens, Greece, 2000, p. 905-908.

CAMACHO, Roberto Gomes. As orações relativas. In: PEZATTI, Erotilde Goreti (org.), *Construções subordinadas na lusofonia: uma abordagem discursivo-funcional*. São Paulo: Editora UNESP Digital, 2016, p. 249-305.

CRISTOFARO, Sonia. *Subordination*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

DE VRIES, Mark. *The syntax of relativization*. Utrecht: Lot, 2002.

DIK, Simon C. *The theory of Functional Grammar* (Part I: The structure of the clause (Functional Grammar Series 20). 2nd revised edition, edited by Kees Hengeveld. Berlin and New York: De Gruyter Mouton, 1997.

ERTHAL, Joel. *Funções semântico-discursivas das orações relativas explicativas no português brasileiro escrito*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras. Pós-Graduação em Letras. Porto Alegre, 2018.

GARCÍA-VELASCO, Daniel; HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, John Lachlan. Epilogue: dynamic morphosyntax in Functional Discourse Grammar. *Language Sciences*, v. 34, 2012, p. 491-498.

GIOMI, Riccardo. Headedness and modification in Functional Discourse Grammar, *Glossa: a journal of general linguistics*, v. 5, n. 1/118, p. 1-32, 2020.

HENGEVELD, Kees.; MACKENZIE, John Lachlan. *Functional Discourse Grammar*. A typologically-based theory of language structure. Oxford: University Press, 2008.

HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, John Lachlan. Gramática Discursivo-Funcional. In: SOUZA, Edson Rosa. (org.), *Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas*. Tradução de Marize Mattos Dall'Aglio-Hattner. São Paulo: Contexto, 2012, p. 43-86.

KEENAN, Edward. L.; COMRIE, Bernard. Noun phrase accessibility and universal grammar. *Linguistic Inquiry*, v. 8, p. 63-99, 1977.

KEIZER, Evelien. *A Functional Discourse Grammar for English*. Oxford and New York: Oxford University Press, 2015.

KEIZER, Evelien. Inter-level mismatches in English coordinated partitives. In: Contreras-García, Lucía; García-Velasco, Daniel (eds.), *Interfaces in Functional Discourse Grammar: theory and applications*. Berlin, Boston: De Gruyter Mouton, 2021, p. 337-368.

LOOK, Rudy. Appositive relative clauses and their functions in discourse. *Journal of Pragmatics*. v.39, n.2, p. 336-362, 2007.

MATTHIESSEN, Christian; THOMPSON, Sandra. The structure of discourse and 'subordination'. In: Haiman, John; Thompson, Sandra A. (eds.), *Clause Combining in Grammar and Discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1988, p.275-329.

NESPOR, Marina; VOGEL, Irene. *Prosodic Phonology*. Dordrecht: Foris Publications, 1986.

Artigo recebido em 01 de julho de 2022.

Artigo aceito para publicação em 01 de setembro de 2022.